

Matias Aires e a arte de sentenciar

Jean Pierre CHAUVIN*

[...] a estimação dos homens é o objeto maior da vaidade. (Matias Aires).¹

Logo que a Modéstia acabou de falar, com os olhos no chão, a Vaidade empertigou-se e disse:

Damas e cavalheiros, acabais de ouvir a mais chocha de todas as virtudes, a mais peca, a mais estéril de quantas podem reger o coração dos homens; e ides ouvir a mais sublime delas, a mais fecunda, a mais sensível, a que pode dar maior cópia de venturas sem contraste. (Machado de Assis).²

Resumo: Neste artigo, pretende-se dialogar a obra de Matias Aires (1705-1763) com a tradição retórica e os preceitos da Igreja Católica, o que confere ao seu escrito o caráter doutrinário, mediante a aplicação de conceitos didáticos e moralizantes em vigor no século XVIII.

Palavras-Chave: Matias Aires. Retórica. Vaidade.

Matias Aires and the sentencing art

Abstract: In this paper, we intend to show how Matias Aires' (1705-1763) work are in dialogue with the rhetorical tradition and with the Catholic Church's precepts, which grants the doctrinal character in this written, by applying didactic and moralizing concepts in force during the eighteenth century.

Keywords: Matias Aires. Rhetoric. Vanity.

Genealogia

Diz-se do texto em geral – compreendido como oração ou enunciado; máxima ou discurso – que ele costuma resultar da soma de conhecimentos, intenções e qualidades de seu autor ou intérprete: *persona* que não condiz necessariamente com o sujeito empírico,

* Professor Doutor – Departamento de Jornalismo e Editoração. Colaborador do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil. Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues | 443 – Prédio 2 – CJE | Campus Butantã | CEP 05508-020 | São Paulo – SP.

mas que o redige ou profere de modo organizado e eloquente, respeitando determinadas regras de composição, sem esquecer o decoro e as questões atinentes ao estilo.

Referência incontornável a respeito dessa *arte*, Aristóteles dividiu a *Retórica* (ou arte da persuasão) em três seções (ou livros), cada uma delas a enfatizar as dimensões cardeais do discurso, denominadas por ele como *éthos*, *páthos* e *logos*.

A elaboração do texto persuasório estipula o caráter (sincero ou afetado) do orador, reforçado pelo teor do que ele diz conhecer (fruto de sua sabedoria, memória de seus mestres ou paráfrase de autores alheios) e expresso com recursos que, adequando a matéria ao gênero, com vistas ao auditório, pretendem conquistar a empatia e a adesão de seus ouvintes: “[...] a persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade, ou o que parece ser a verdade, graças à argumentação persuasiva apropriada ao acaso em pauta.” (ARISTÓTELES, 2011, p.46)

Arte Retórica foi escrita no final de sua vida, ocasião em que o filósofo retomava uma antiga controvérsia em torno do assunto, cujo ponto alto fora registrado em *Górgias*, uma das mais conhecidas obras de seu mestre, Platão. O diálogo é protagonizado por Sócrates, representado como um sábio impassível e cheio de contra-argumentos com os quais fazia frente ao ofício do célebre orador de seu tempo (e que, ironicamente, nomeia o livro de sua desqualificação).

O fato é que a longa tradição em torno do texto persuasivo, devidamente articulado aos principais gêneros oratórios (epidítico, judiciário e deliberativo) persiste. Durante a Idade Média, os manuais de Cícero (que remontam ao primeiro século antes de Cristo) e Quintiliano (publicados no primeiro século de nossa Era) foram constantemente empregados na condução de exercícios orais (especialmente a *disputatio*) praticados pelos padres durante a Idade Média.

A partir do século XVI, a *arte* de bem falar assistiu à revitalização e profusão do nome de Aristóteles, por ocasião de terem sido encontrados fragmentos inéditos de sua *Poética* em um antigo mosteiro de uma cidade que pertencera ao vasto Império romano.

Em meio às contendas entre os braços católico e protestante, postas em marcha desde os Quinhentos, muitos religiosos encontraram disposição para redigir manuais destinados ao comportamento na sociedade, inspirados pela longa tradição dos tratados escritos sob a forma da monografia, ou seja, em que seriam empregados também os recursos da retórica.

Uma parcela desses pensadores pressupunha que a História era uma escrita “revelada por Deus”, mesmo porque “Agostinho, por exemplo, havia constatado que as representações históricas tratam de instituições humanas, mas que a própria História não é uma instituição humana. Pois aquilo que aconteceu e não pode ser revertido, isso faz parte

da sequência dos tempos, cujo fundador e administrador seria Deus.” (KOSELLECK et al, 2013, p. 125).

Parece razoável afirmar que os numerosos tratados compostos na Era Moderna tenham sido motivados pela conjugação do princípio de verdade, com que seus autores articulavam preceitos relativos ao comportamento em sociedade aos dogmas religiosos e à concepção da história como matéria não exclusivamente terrena (LE GOFF, 2003). Ou seja, ética, crença e verdade participariam na composição de obras de caráter didático, voltadas ao polimento dos modos de seu auditório.

Assim se deu com *Da Dissimulação Honesta*, publicada em 1641 pelo italiano Torquato Accetto, no qual se lê que “[...] as raposas entre nós são muitas e nem sempre conhecidas, e, quando são reconhecidas, é difícil usar a arte contra a arte, e nesse caso será mais astuto quem mais souber manter a aparência de tolo, pois, mostrando acreditar em quem quer nos enganar, pode-se fazer com que ele creia em nosso modo.” (ACCETTO, 2001, p. 42).

Na *Arte de Engenho e Tratado da Agudeza*, de Baltasar Gracián, editado pela primeira vez em 1642, somos apresentados ao argumento de que “A Agudeza se vale dos tropos e figuras Retóricas como de instrumentos para exprimir cultamente os seus conceitos.” (GRACIÁN, 2010, p. 133).

Já no *Discurso da Conversação*, de Antoine Gombaud, de 1677, ficamos a saber que, “Em relação às casas reais, as conversas são muito interrompidas, indo-se ali menos para discorrer do que para se mostrar.” (MORELLET, 2001, p. 25).

Nesses e em muitos outros manuais que dizem respeito ao comportamento em sociedade, o caráter do que vai escrito é instrucional e, sob esse aspecto, devotado ao emprego de artifícios como forma de compensar (quando não realçar) determinados atributos aportados pelo sujeito que fala, escuta, lê e escreve.

De acordo com Peter Burke, “*A Arte da Conversação* é o título de uma série de manuais que apareceram entre os séculos XVII e XIX na Inglaterra, França e em outros lugares”. Eles se caracterizavam, fundamentalmente, pelas “[...] muitas referências à hierarquia social e marcas de respeito, e com frequência surgem recomendações sobre as maneiras de se dirigir a superiores e a subalternos.” (BURKE, 1995, p. 120 e 123).

Repertório e ânimo similar terão motivado Matias Aires, um homem de mentalidade portuguesa nascido na então capitania de São Paulo, nos primórdios do século XVIII, de modo que também redigisse o seu manual a respeito das múltiplas formas, cores e matizes da vaidade. Essa é uma questão de grande relevância, por sinal, a julgar pelas palavras de Alceu de Amoroso Lima no Prefácio à edição de 1955, segundo quem Matias Aires teria sido

o primeiro filósofo brasileiro, que se inspirava “[...] nos sombrios La Rochefoucauld, Pascal, La Bruyère, Bossuet, Massillon [...] mestres de seu pensamento.” (LIMA, 1955, p. 16).

O caráter moral é evidente nas suas *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Morais sobre os Efeitos da Vaidade*. Sob certo aspecto, a obra traduz uma mentalidade comum ao século XVIII, no universo luso-brasileiro. Uma das premissas de Matias Aires reside no cultivo às virtudes, prescritas pela religião católica, em contraposição à vaidade em prolongar a memória do nome e a fama dos homens perante.

A obra sugere que as virtudes – pautadas pelos dogmas da religião e conduzidas sob a pujança da fé – seriam fundamentais e mais relevantes que a noção provisória do renome, ainda que obtido a custa de grandes feitos. A dicção moralizante sobrepuja a temporalidade e, portanto, a concepção de História.

Ecoss de Erasmo

No mundo das Letras, da Filosofia, da História e da Religião, durante a virada do século XV para o XVI, os pensadores aplicavam aos seus escritos alguns dos ensinamentos básicos encontráveis na *Retórica* de Aristóteles, dentre os quais a necessidade de adequar a matéria escolhida ao gênero discursivo apropriado.

Repare-se que no *Diálogo Ciceroniano*, publicado em 1528, Erasmo de Roterdã considerava que o tempo em que vivia fosse o mais rico, em termos culturais e filosóficos, pois conciliava a revalorização das obras exemplares da Antiguidade com a franca renovação do pensamento europeu, sob a pena de eruditos e sábios quase sempre ligados aos altos postos da Igreja e na Política.

A despeito do tom mordaz que caracteriza o texto de Erasmo, a imitação (ou não) de Cícero percorria séculos de contendas entre os sábios religiosos, que o personagem Buléforo traduz sob a forma do impasse: “E quem não preferiria ser celebrado pela posteridade como ciceroniano, mais do que como santo?” (ROTerdã, 2015, p. 27).

Desse modo, com a adesão à tradição dos textos de natureza ensaística, diversos autores compuseram tratados de poética, retórica, história e filosofia, redigidos ao longo dos tempos, cuja tradição se manteve com maior vigor até o final do século XVIII. Nesses manuais, a expressão, a forma e os modos de proceder revelavam a força das preceptivas (na estruturação dos próprios manuais) e o caráter eminentemente didático pretendido por seus autores, em que imperava sua filiação ao legado greco-latino.

Uma velha lição de Cícero ensinava que “[...] sem filosofia não se pode conseguir o orador que buscamos.” (CÍCERO, 2010, p. 32). Resgatando os preceitos ciceronianos no primeiro século da Era Cristã, Quintiliano afirmará de modo similar que aquele que se

dedicasse à retórica deveria se abster das paixões, considerando os prejuízos provocados pelas emoções nos ofícios que priorizassem o equilíbrio e o juízo (QUINTILIANO, s/d, p. 6).

Talvez por essa razão, outro personagem do *Diálogo Ciceroniano* observe ao já citado Buléforo “[...] que aqueles que são tomados pelo amor, pelo ciúme, pela ambição, pela preocupação com dinheiro ou por doenças semelhantes, estes em vão ambicionam a honraria a que somos candidatos.” (ROTerdã, 2015, p. 38).

Especialmente no contexto colonial luso-brasileiro, que perdurou por mais de três séculos, de permeio a uma cultura rarefeita e ínfimos leitores, escrever versos, ensaios ou tratados envolvia o intercâmbio de modelos que transitavam entre a matriz europeia e o Brasil, segundo a mentalidade de homens com rigorosa formação e inclinados a retomar os modelos clássicos que pautavam as suas obras, fossem elas artísticas ou não.

Um sintoma disso aconteceu em 1752. Naquele ano, Matias Aires Ramos da Silva Eça (1705-1763) publicara suas *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Morais sobre os efeitos da Vaidade*, que ofereceu a “El-Rei Nosso Senhor D. José I”, monarca que comandou o reino português entre 1750 e 1776.³ Apesar de ter nascido na capitania de São Paulo, Matias Aires mudou-se com os pais para Lisboa em 1716, o que coloca em questão sua nacionalidade – em tese, brasileira.

Composto por cento e sessenta e três fragmentos que variam de um parágrafo a mais de uma página, *Vaidade dos Homens* evoca os manuais dos moralistas franceses mais célebres, como La Rochefoucauld (1613-1680) e Blaise Pascal (1623-1662), mas nos remete especialmente ao *Elogio da Loucura*, publicado por Erasmo de Roterdã (1466-1536) em 1508.

Tendo em vista o teor, a disposição gráfica e a expressão do que afirmam, os ditos de Matias Aires são formulados no melhor estilo das máximas de teor moralista dos Setecentos, atrelados que estavam a um gênero bastante difundido em seu tempo, uma vez que circulava tanto nos reinos quanto nos salões: “[...] conhecendo todos [os homens] a vaidade alheia, nenhum conhece a sua.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 38).

A exemplo dos preceitos que orientavam a redação dos tratados daquela natureza com finalidades afins, Matias Aires combina três características nos paratextos que antecedem o manual: o tom encomiástico, a declaração de sinceridade e a afetação de modéstia – esta última, uma recomendação que constava praticamente de todos os manuais de retórica e poesia compostos entre o século V a.C. e os Setecentos.

O tom elogioso é recorrente e favorece a constante adjetivação com que retrata o rei D. José I. Ele oferece ao monarca um pequeno livro com “[...] aquilo de que o mundo se compõe e que só Vossa Majestade não tem” (p. 23). A presumida honestidade do autor é declarada logo à primeira linha de seu “Prólogo ao Leitor”: “Eu que disse mal das vaidades,

vim a cair na de ser Autor: verdade é que a maior parte destas Reflexões escrevi sem ter o pensamento naquela vaidade.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 25).

As considerações de Ivan Teixeira a respeito do gênero encomiástico poderiam ser aplicadas com proveito à obra de Matias Aires: “Esses textos constroem-se conforme a poética do encômio alegórico, que preside também à elaboração da rica iconografia de celebração pombalina.” (TEIXEIRA, 1999, p. 19).

Vale lembrar que a palavra “elogio” não se limitava ao modo como determinado autor se expressava. Ela definia um gênero, embasava tratados que proliferaram a partir do século XVI. Erasmo de Roterdã, uma das prováveis referências de Matias Aires, tinha procedido de maneira similar ao filósofo brasileiro. No *Elogio da Loucura*, Erasmo transferia a autoria do discurso para a Loucura. A narradora justifica o procedimento nestes termos: “Não pode haver em mim nem maquiagem nem dissimulação, e jamais se percebe[m] em meu rosto as aparências de um sentimento que não esteja em meu coração.” (ROTerdã, 2010, p. 14).

No possível diálogo com a obra erasmiana, deparamos com declarações a afetar modéstia, no tratado de Matias Aires: “[...] ainda em um estilo impróprio se pode achar alguma propriedade feliz e agradável.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 26).

De acordo com o filósofo, considerada como uma das mais vigorosas paixões humanas, a vaidade difere das outras por uma série de motivos. O primeiro deles é que se trata de um estado de maior duração que o amor ou o ódio; a segunda razão é que da vaidade tanto derivam as más quanto as boas ações, como bem o mostram a lista de vícios e virtudes: “[...] com efeito, assim como o excesso na virtude parece vício, também o excesso no vício vem de algum modo a parecer virtude.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 38).

Por sua vez, Erasmo havia notado que, nas relações de amizade costumamos ignorar os defeitos de nossos confrades, sinal evidente de insanidade: “Fechar os olhos para os desregramentos dos amigos, iludir-se sobre seus defeitos, imitá-los, amar neles os maiores vícios, admirá-los como se fossem virtudes, não é isso o que se chama entregar-se à loucura?” (ROTerdã, 2010, p. 31).

Essência e aparência demarcam os pontos extremos em ambas as obras. Ao discorrer sobre a vaidade, Matias Aires transcreve a citação do livro *Eclesiastes*, que sugere o caráter primeiro e absoluto de uma paixão que leva o homem a dobrar sobre si mesmo, seja praticando boas ações (em nome do reconhecimento alheio), seja agindo de modo vicioso em nome da virtude.

Gênero e História

Não se pode perder de vista o lugar de onde fala o pensador: o universo luso-brasileiro de meados do século XVIII, situado nos interstícios entre a Igreja e a Política reinol. Há que se considerar, também, o período e as circunstâncias relacionadas à composição do tratado.

Vinte e oito anos antes de *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Morais sobre os Efeitos da Vaidade* vir a público, sete homens ilustres e diretamente ligados à corte portuguesa, foram convocados por Vasco Fernandes César de Meneses, “[...] então governador-geral do Brasil, para se reunirem em seu palácio.” (SILVEIRA, 2016, p. 21).

Semanas depois, em março de 1724, era fundada a Academia Brasílica dos Esquecidos. Essa informação é relevante, dentre outros motivos, porque envolve a agremiação de sete legítimos representantes da elite luso-brasileira, que capitaneavam decisões de cunho político e cultural na colônia. Pedro Telles da Silveira ressalta um dado que reforça o papel da fé e da instituição católica no ambiente letrado transferido para o Estado Brasil:

Embora a maior parte do legado acadêmico seja composto por obras poéticas e oratórias, na reunião que tiveram com o governador-geral, os acadêmicos escolheram como “matéria principal de seus estudos a História brasílica, dividida em quatro partes”, quais sejam, militar, política, natural e eclesiástica. (SILVEIRA, 2016, p. 23).⁴

A obra de Matias Aires era ofertada ao rei português, que assumira o trono apenas dois anos antes, e pretendia abarcar um público sobremodo abrangente, dentre os raros homens ilustrados daquele tempo, colhidos do corpo sacro e político. Vale recordar o notável estudo de Ernst Kantorowicz, que localizou a inter-relação entre a Igreja e o Estado desde a baixa Idade Média:

A doutrina corporativa da Igreja Romana foi sintetizada e dogmatizada em 1302 pelo papa Bonifácio VIII nas frases lapidares da bula *Unam sanctam*: “Instados pela fé somos obrigados a crer em uma única santa Igreja, Católica e também Apostólica [...], sem a qual não há salvação nem remissão dos pecados [...], que representa um único corpo místico, cuja cabeça é Cristo e a Cabeça de Cristo é Deus. (KANTOROWICZ, 1998, p. 126).

Quando escolhe a matéria (Vaidade), Matias Aires tem em mente justificar suas reflexões, concebidas mediante o emprego de argumentos que renovam a autoridade política e as virtudes morais do Rei. A consequente publicação e divulgação da obra é um dos resultados a que o pensador chegava.

Isso parece apontar a tripla intenção do pensador: alinhar-se com a longa tradição da tratadística, conforme os moldes de uma abordagem monográfica; firmar o seu lugar como homem letrado, cioso dos preceitos católicos e a fiel à coroa; dar a sua obra ao público mediante a proteção reinol, metonímia de Deus sob a forma da riqueza material, do máximo poder de governar o mundo temporal, sem esquecer a soberania também espiritual.

Não por acaso, a imagem do rei é muitas vezes evocada ao longo dos argumentos apresentados por Matias Aires. Dom José I não seria vaidoso como os homens mortais, nem seus grandes gestos seriam motivados por vaidade pessoal, e sim por sua magnanimidade, natural somente naqueles que sabem governar.

Em suma, cultura, religião e política compõem um tripé sólido e fortemente amarrado às convenções estéticas em um período histórico presidido por uma concepção mais racionalista do universo. Afinal, “Nada contribui tanto para a sociedade dos homens, como a mesma vaidade deles: os impérios, as repúblicas não tiveram outra origem, ou ao menos não tiveram outro princípio, em que mais seguramente se fundassem.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 41).

Seria um equívoco, no entanto, propor que Matias Aires fosse um visionário cuja obra houvesse brotado *avant la lettre* (expressão cara a uma parcela da crítica brasileira). Por sinal, a matéria que ele aborda e o modo como a distribui o assunto em suas respectivas partes são ingredientes que revelam sua preocupação em demonstrar o exercício do pensamento, submetido às etapas da análise e síntese.

Caminhemos em outra direção. Consultas feitas aos manuais que precedem a *Vaidade dos Homens* atestam o débito da obra com determinados temas e convenções do gênero, bem como o possível diálogo com hipóteses formuladas de maneira análoga a de outros ilustres pensadores e artífices da palavra. Os breves textos antepostos à matéria principal (fosse ela um conjunto de rimas, um poema épico ou um tratado filosófico) costumavam enaltecer poderosos membros da elite reinol, como forma de assegurar a publicação da obra e fazê-la circular por entre os círculos próximos dos centros de poder.

Claro esteja, *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* não inaugura algo novo. Na verdade, seu “Prólogo ao leitor” dialoga com a tradição instaurada entre os homens do universo colonial luso-brasileiro. Como se sabe, o “Prólogo” se encontra na seção preliminar do discurso, seja ele de natureza poética ou argumentativa.

Por essa razão, ele integra o *Exordium*: “[...] começo do discurso, por meio do qual se dispõe o ânimo dos ouvintes a ouvir. [...] Existem dois gêneros de exórdio: a introdução, que os gregos chamam *prooemium*, e a insinuação, a qual chamam *éphodos*.” Para isso, é preciso captar a benevolência do ouvinte, “[...] de quatro maneiras: baseados em nossa

peessoa, na de nossos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria.” (CÍCERO[?], 2005, p. 57 e 59).

A título de ilustração, eis alguns excertos extraídos da obra de alguns poetas, escritas entre o século XVII e o XVIII, como forma de apontar a vigência e aplicação de preceitos retóricos na composição de textos do gênero.

Em *Prosopopeia*, de 1601, Bento Teixeira dedicou o seu “Prólogo” ao Capitão e Governador da Capitania de Pernambuco, Jorge de Albuquerque, contando com a complacência daquele bravo leitor, a quem pedia “humildemente” que recebesse as suas “Rimas, por serem as primícias com que tentava servi-lo”, supondo que o governador as aceitaria “com aquela benevolência e brandura natural” de seu costume (TEIXEIRA, 1977, p. 31 e 33).

No “Prólogo Ao Leitor” à *Música do Parnaso*, publicada em 1705, Manuel Botelho de Oliveira afirma que “[...] se escreveram estas Rimas em quatro línguas porque [...] se estimasse esta obra, quando não fosse pela elegância dos conceitos, ao menos pela multiplicidade das línguas.” (OLIVEIRA, 2005, p. 109).

Em seu “Prólogo ao Leitor” para as *Obras*, de 1768, o poeta Cláudio Manuel da Costa nega a perfeição de seus versos: “Bem creio que não te faltará que censurar nas minhas Obras, principalmente nas Pastoris, onde preocupado da comum opinião, te não há de agradar a elegância de que são ornadas [as poesias].” (PROENÇA FILHO, 1996, p. 47).

No “Prólogo” a *Vila Rica*, escrito em 1773, o mesmo Cláudio Manuel da Costa refere-se ao leitor, declarando que dá a ler “[...] uma memória por escrito das virtudes de um Herói que fora digno de melhor engenho para receber um louvor completo.” (TEIXEIRA, 2008, p. 691).

Por ocasião da publicação do poema épico *O Uruguai*, de 1769, Basílio da Gama compôs um soneto ao Marquês de Pombal, um ser que mereceria a “estátua de um Herói perfeito” cujo nome ocupa muito mais que um “campo estreito”, pois “enche a terra, e o mar profundo.” (TEIXEIRA, 1996, p. 341).

Nas “Reflexões Prévias e Argumento”, Santa Rita Durão justifica o recuo histórico de *O Caramuru*, composto em 1781, em razão de seu “amor da Pátria”, embora supusesse faltar-lhe “outros estudos” para dar conta do assunto, ou seja, o descobrimento da Bahia por um grupo de portugueses liderados por Diogo Álvares Correia (TEIXEIRA, 2008, p. 359).

Retórica

Distanciados em quase duzentos e cinquenta anos, tanto Erasmo (considerado oficialmente herético pelo Vaticano) quanto Matias Aires (posicionado em situação oposta

em relação a Erasmo) negaram a vinculação de sua escrita com a retórica, mesmo porque ambos alegavam defender a preleção sincera e destituída dos artifícios que ornamentariam melhor os discursos: “Não espereis de mim nem definição, nem divisão de mestre de retórica. Nada seria mais despropositado. Definir-me seria dar-me limites, e minha força não conhece nenhum. Dividir-me seria distinguir os diferentes cultos que me prestam, e sou adorada por igual em toda terra.” (ROTTERDÃ, 2010, p. 14).

A seu turno, Matias Aires alegou que “[...] a observância das regras nem sempre é prova da bondade do livro; muitos escreverão exatamente, e segundo os preceitos da arte, mas nem por isso o que disseram foi mais seguido ou aprovado; a arte leva consigo uma espécie de rudeza; a formosura atrai só por si, e não pela sua regularidade.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 26).

Ora, bem sabemos que negar a obediência à arte (compreendida, naquele contexto, como conjunto de técnicas ou procedimentos com vistas à persuasão) quase sempre impele ao exercício de uma antirretórica, ou seja, um discurso pleno de Retórica, ainda que praticada às avessas. O próprio Matias Aires afirmou que “[...] a vida civil se reduz a um cerimonial composto de genuflexões e de palavras.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 69), já que “ordinariamente o modo das coisas nos ocupa mais do que as coisas mesmas.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 73).

Considerando o tema encontrado por Matias Aires, cumpre tratar do modo como ele distribuiu as seções de seu tratado. A esse respeito, embora o texto aparente uma continuidade linear, há a presença de vários subtemas (amor, gratidão, virtudes do rei, vícios dos homens, espontaneidade, juízo, essência *versus* aparência etc) que permitiram sugerir ramificações. Ou seja, seu trabalho se organiza em partes, de acordo com os desdobramentos que propõe a partir da matéria principal.

A vaidade se define pelo severo contraste em relação a outras paixões: “O que chamamos inveja não é senão vaidade.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 65). A gratidão caminha por sendas opostas às da vaidade: “[...] porque sendo o benefício uma espécie de socorro, sempre indica superioridade em quem o faz, e necessidade naquele que o recebe.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 78).

No amor há uma escolha, ou eleição, e quem não vê, não distingue, nem elege; o amor vem por natureza, a vaidade por contágio; o amor busca uma felicidade física, e por consequência material e visível: a vaidade busca um bem de ideia, e fantasia, e por consequência cego. (MATIAS AIRES, 1955, p. 87).

Matias Aires também aborda os diversos modos de reagir aos favores alheios, afinal “[...] a mesma vaidade que nos faz ser ingratos para com os mais homens, é a que nos faz

ser agradecidos para com os príncipes [...] [pois] nos príncipes os benefícios nascem de liberdade, nos mais homens procedem de premeditação.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 81). O que diferencia essencialmente a atitude de uns e outros é que “[...] as mercês de um rei mostram a sua inclinação e não a sua intenção: as graças dos reis e as de Deus só se pagam com amor.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 82).

Os argumentos do filósofo fundamentavam-se em pressupostos religiosos, o que também explica a condução dos pensamentos pelo viés maniqueísta (a contrapor as virtudes e os vícios) e o tom pessimista de quem atribui uma proporção bem menor de qualidades que defeitos, a todos os quais a vaidade estaria intimamente relacionada. A esse respeito, é provável que ele tivesse conhecimento dos preceitos defendidos por Santo Agostinho em sua Doutrina Cristã, publicada no século V: “O pregador é o que interpreta e ensina as divinas Escrituras. Como defensor da fé verdadeira e adversário do erro, deve mediante o discurso ensinar o bem e refutar o mal.” (AGOSTINHO, 1991, p. 217).

Aparentemente, um dos objetivos de Matias Aires era reconduzir o seu leitor ao caminho da verdade e da moral, ambas possessões supostamente católicas. Para isso ele lança mão de exemplos os mais variados, colhidos no cotidiano de credores *versus* devedores, homens *versus* soberanos, indivíduos ruidosos ou silenciosos, estejam eles isolados na floresta ou em presença do coletivo em cenas épicas. Tudo a vaidade rege: “Se tirarmos do capitão a lança, o casco de ferro, e o peito de aço, não havemos de achar mais do que um homem inútil, e sem defesa, e por isso tímido e covarde.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 107).

Sobretudo, vale a sua máxima de que “A fama não só se compõe do que é justo, e o raio não só se faz atendível pela luza, mas pelo estrago.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 83). Não por acaso, “O aplauso é o ídolo da vaidade, por isso as ações heroicas não se fazem em segredo.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 85). Repare-se que o caráter passageiro e perecível da vaidade pertence ao domínio da história feita pelos homens. Isso explica a vinculação da História à esfera mundana, por Matias Aires. Sua premissa é de que negar a vaidade é respeitar os desígnios de Deus, autoridade suprema de ambos os mundos: espiritual e temporal.

Irmanada ao desejo de honra e glória, a vaidade é uma paixão “altiva” que também se manifesta de modo ambíguo, pois oscila conforme as circunstâncias em que o homem esteja: “Nunca mostramos o que somos, senão quando entendemos que ninguém nos vê, e isto porque não exercitamos as virtudes pela excelência delas, mas pela honra do exercício.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 86).

Ao elencar os argumentos, Matias Aires apela à memória do leitor de seu tempo, provável conhecedor das obras mencionadas pelo filósofo. No plano da expressão, Aires

recorre à dicção de um sábio – *persona* com que ele se traveste, de modo que as sentenças soem como se redigidas do além, em acordo com os preceitos de Deus: máxima autoridade espiritual combinada à figura ímpar do rei (que o texto evoca intencionalmente).

Não haveria melhor argumento de autoridade que esse traço duplo – metade divino, metade político – supostamente respaldado pelo teor dogmático das Escrituras e as virtudes sem fim do monarca. Costumes da nobreza e livros sagrados escoram as reflexões de Matias Aires, sob a forma de pequenas doutrinas, que ele toma emprestado da célebre máxima encontrável no *Eclesiastes*: “é tudo vaidade”. O conceito de verdade é fornecido pelas escrituras.

Sendo a vaidade uma paixão considerada negativamente, o filósofo está mais preocupado em descrever os efeitos que ela provoca do que em analisar as circunstâncias que atenuariam, ou não, determinados procedimentos. Não por acaso, o discurso de Matias Aires tende ao deliberativo: ele transcorre no presente e enfatiza o caráter aparentemente imutável dos homens. A matéria de que trata envolve vituperar a vaidade, e não o contrário.

Os portadores de vaidade são inconstantes como a paixão maior. Por isso, “A nossa tristeza nos faz parecer tudo o que vemos triste; a nossa alegria tudo nos mostra alegre; e o nosso contentamento tudo nos mostra com agrado.” (p. 124). Nos argumentos do filósofo predomina o desenho das paixões, móveis por natureza, em seu divórcio com relação à temperança e à reta virtude.

Polarizando vícios e virtudes, embora Matias Aires negue se valer de artifícios, sua obra evidencia a afiliação aos preceitos retóricos, já que ele emprega argumentos segundo a ótica religiosa e em favor da matéria (vaidade), conduzidos em acordo com a também longa tradição dos textos doutrinários. Isso explicaria, inclusive, o fato de Matias Aires retomar, ou mesmo reiterar, determinados ensinamentos, já que umas das formas de levar o leitor ou ouvinte a fixar o que lê ou escuta reside no caráter repetitivo do texto, cujo fim é ensinar (*movere, docere e delectare*, segundo os latinos).

Embora recusasse o emprego de expedientes retóricos, as reflexões percorrem justamente o caminho negado pelo autor, pois também pretendem ensinar a nos desviarmos da vaidade, mediante a aplicação de uma grande soma de artifícios, devidamente exemplificados em atitudes conhecidas do auditório em geral. Isso teria sua razão de ser, afinal, “A nossa natureza propende para o mal, e por isso foi preciso prescrever-lhe um certo modo de viver; vivemos por regras.” (MATIAS AIRES, 1955, p. 93).

Vale a consideração de Paul Ricoeur de que “[...] os papéis respectivos do historiador e do juiz, designados por sua intenção de verdade e de justiça, os convidam a ocupar a posição do terceiro em relação aos lugares ocupados no espaço público pelos protagonistas da ação social.” O filósofo ressalva, no entanto, uma diferença essencial entre

os ofícios: “O juiz deve julgar – é sua função. Ele deve concluir. Ele deve decidir. Ele deve reinstaurar uma justa distância entre o culpado e a vítima, segundo uma topologia imperiosamente binária. Tudo isso, o historiador não faz, não pode, não quer fazer.” (RICOEUR, 2007, p. 330-335).

Entre o julgamento das ações e a descrição dos atos, decorreria daí assunto para produtivas discussões em nossos dias – especialmente nos momentos em que determinados setores conservadores voltam a sugerir que ensinar e doutrinar⁵ sejam coisas absolutamente distintas, pressupondo que a sua fala seria desprovida de ideologia e resultaria na isenção de interesses políticos ou de referências culturalmente comprometidas.

Muitos capítulos de nossa história mostram que os discursos atenderam a demandas de uma ou mais partes, o que transparece ou na matéria encontrada e na disposição das seções; na hierarquização das ideias e na performance do orador de ocasião. Sob esse aspecto, é possível descobrir paralelos entre o discurso moralizante de Matias Aires e a falácia atual dos assim autoproclamados “homens de bem”, que continuam a fingir decência própria em nome do latifúndio, do fundamentalismo e das múltiplas formas de exclusão.

Recebido em: 16/04/2016

Aprovado em: 29/07/2016

NOTAS

¹ [Argumento número 68] *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*, 1955, p. 87.

² “Elogio da Vaidade”, conto de Machado publicado no periódico *O Cruzeiro*, em 28 de maio de 1878.

³ “Prostrado por um ataque de apoplexia a 12-XI-1776, D. José ficou em perigo de vida. A 29 a rainha D. Mariana Vitória assumiu a regência – e desde então a autoridade de Pombal passou a ser quase somente nominal” (MASCARENHAS, s/d., p. 207)

⁴ Segundo Reinhart Koselleck, durante o século XVIII alemão, “A configuração da História como conceito que está na base de tudo pode ser mostrada à mão de três processos: [primeiro], na eliminação da *historia naturalis* do cosmo histórico, fato que, no entanto, trouxe consigo a historicização da ‘História Natural’; segundo, na fusão da *historia sacra* com a História Geral; e, terceiro, na conceituação da História mundial como ciência-mestra, que transformou a antiga História universal.” (KOSELLECK, 2013, p. 166).

⁵ “Doutrina: conjunto de princípios que servem de base a um sistema religioso, político ou filosófico, XIV. Do latim *doctrina*, de *docere* [...] Cp. Docente, dócil, douto.” (CUNHA, 2010, p. 229).

REFERÊNCIAS

ACCETTO, Torquato. *Da Dissimulação Honesta*. Tradução: Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AGOSTINHO, Santo. *A Doutrina Cristã*. Tradução: Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Edson Bini. Bauru (SP): Edipro, 2011.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. Tradução: Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CÍCERO [?]. *Retórica a Herênio*. Tradução: Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

CÍCERON [Cícero]. *El Orador*. Traducción: Eustaquio Sánchez Salor. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4a ed. Rio de Janeiro: Lexikon; Faperj, 2010.

GRACIÁN, Baltasar. *Arte de Ingenio, Tratado de la Agudeza*. 2a ed. Madrid: Cátedra, 2010.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart et al (Orgs). *O conceito de história*. Tradução: René E. Gertz. Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5a ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Alceu Amoroso. [Prefácio] In: MATIAS AIRES [Ramos da Silva Eça]. *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Morais sobre os Efeitos da Vaidade*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1955.

MASCARENHAS, Domingos. *Portugalidade: Biografia duma Nação*. Lisboa: Edições FP, 1982.

MATIAS AIRES [Ramos da Silva Eça]. *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Morais sobre os Efeitos da Vaidade*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1955.

MORELLET et al. *A Arte de Conversar*. Tradução: Edmir Missio; Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, Manuel Botelho de. *Música do Parnaso*. Cotia (SP): Ateliê, 2005 [Edição de Ivan Teixeira].

PROENÇA FILHO, Domício. *A Poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

QUINTILIEN [Quintiliano]. *Oeuvres Complètes*. Traduction: M. C. V. Ouizille. Paris: Garnier Frères, s/d.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROTERDÃ, Erasmo [Desidério] de. *Elogio da Loucura*. Tradução: Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. *Diálogo Ciceroniano*. Tradução: Elaine Sartorelli. São Paulo: Publifolha, 2015.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: historiografia, erudição e retórica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Editora Fap-Univesp, 2016.

TEIXEIRA, Bento. *Prosopopeia*. 2a ed. São Paulo: Melhoramentos; Instituto Nacional do Livro, 1977.

TEIXEIRA, Ivan. *Obras Poéticas de Basílio da Gama*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. (Org). *Épicos*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.